

A CAMINHO DAS BODAS DE OURO

Próximo aos 50 anos de carreira, o engenheiro civil André de Fazio acumula histórias de sucesso profissional, pessoal, familiar e de amizades sinceras



Eng. André Monteiro de Fazio

Sabe aquele camarada considerado por todos gentil, educado, de vasto conhecimento cultural, muito bem-humorado, de uma boa conversa, um verdadeiro gentleman? Então, este é André Monteiro de Fazio! Um engenheiro competente, apaixonado pelo Santos, feliz com seu trabalho, sua família e que por onde passa constrói amizades sinceras.

Hoje, próximo aos 50 anos de dedicação à engenharia e aos 73 anos de idade, André de Fazio possui um invejável currículo. Graduado em 1971 pela Escola de Engenharia de Lins – SP, também pós-graduou-se em Administração de Empresas Públicas e Privadas no Instituto de Ensino Superior Senador Flaquer, em Santo André-SP. Formado aos 23 anos de idade, construiu a sua história profissional com algumas passagens pela iniciativa privada e com forte presença no serviço público.

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

André ingressou via concurso público no Serviço Municipal de Água e Saneamento de Santo André, onde foi diretor de Obras e Planejamento e se orgulha por ter participado da jovem equipe de engenheiros que dotou a cidade com 100% de água potável.

Na Prefeitura de São Paulo foi secretário de Vias Públicas, onde realizou obras fundamentais à capital, tais como os piscinões que foram os maiores do mundo, à época, o complexo do Ibirapuera com o sistema viário do Cebolinha e cita a sua proposta que criou o Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE), até hoje referência internacional.

No Governo do Estado destaca a sua carreira na Sabesp, onde aposentou-se. Ocupou o cargo de presidente da Companhia de Desenvolvimento de São Vicente, de assessoria em presidências e diretorias da

Codesp, Comgás e da secretaria estadual de Emprego e Relações do Trabalho. Foi também supervisor chefe de Estudos de Empreendimentos de Recursos Naturais da Cesp.

MILITÂNCIA COM CATEGORIA

Em 1978 ingressa na militância em defesa da categoria elegendo-se vice-presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do ABC. Fundou a Federação das Associações de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e a Câmara dos Profissionais Registrados nos Conselhos e Ordens, ambas do estado de São Paulo. Ocupou cargos de vice e de presidente na Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos. Foi diretor da Mútua, a Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea. No Instituto de Engenharia de São Paulo participou do Conselho Deliberativo. Foi vice-presidente do Sindicato dos Engenheiros, no estado de São Paulo.

No Crea-SP destaca-se sendo o primeiro presidente eleito e reeleito em eleições diretas, para os triênios 1994/1996 e 1997/1999. Em suas gestões, criou o programa "Tecnologia pela Vida", que considera uma grande conquista à categoria, com ações que levaram desenvolvimento e segurança à população. Já nos anos 2000, atuou como coordenador dos grupos de Trabalho de Estudos do Pré-Sal e Marco Regulatório da Explo-

ração de Petróleo e Gás, do Incêndio da Alemoa, da obrigatoriedade de Inspeções Periódicas em Edificações e de Incêndio e de Obras de Arte.

Na Associação Brasileira dos Engenheiros Civis - SP foi eleito e reeleito presidente de 2007 a 2012 e vice-presidente de 2013 a 2018. Hoje se considera honrado em ser o 2º vice-presidente e representar a entidade nos assuntos ligados a petróleo e gás na Bacia de Santos junto à Petrobras e à ligação seca entre as ilhas de São Vicente e Santo Amaro, por meio do projeto em curso de um túnel imerso para passagem de VLT, veículos leves e pesados, pedestres, ciclovias, no maior porto da América Latina. No Instituto Paulista dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos Maçons foi do Conselho Consultivo.

MAIS HISTÓRIAS!

E a sua história não para por aí! Na cidade de Santos, foi conselheiro no CIESP/ FIESP, no Conselho do Meio Ambiente e na Fundação Albert Schweitzer.

Santista roxo da geração do rei Pelé, foi presidente do conselho deliberativo do Clube. É presidente da Comissão para Expansão do Complexo Cultural Benedito Calixto, com a edificação do Museu de Arte de Santos, "projeto arquitetônico do renomado arquiteto Paulo Mendes da Rocha e que será uma obra maravilhosa", afirma entusiasmado.

EM FAMÍLIA

André completou 49 anos de união com sua esposa Renata, com quem construiu uma família com três filhos: a bióloga Daniela, Felipe que é advogado e André que seguiu os passos do pai na engenharia. Ganhou as noras Adriana e Simoni, e os netos Maria Fernanda e André.

Fazio finaliza, afirmando que o maior patrimônio conquistado é o respeito, o que honra a sua trajetória.



A NOVIDADE AGORA É TELHA SOLAR

Nova tecnologia reduz custo com sustentabilidade



Foto: Divulgação

No planeta, um dos grandes desafios no mercado da construção civil é adotar tecnologias para a geração de energia elétrica renovável e limpa, que reduza os impactos ambientais como alternativa para o consumo sustentável no uso de aparelhos de ar condicionados, lâmpadas, chuveiros, etc. Bem difundida mundialmente, a energia solar produzida por placas fotovoltaicas ainda tem um custo considerável, mas o sistema se paga gerando energia excedente que é negociada com a concessionária.

Agora, a grande novidade no mercado é a primeira Telha Solar feita de concreto BIG-F10, capaz de transformar a luz do sol em energia elétrica, sem a necessidade de painéis. Tecnologia cem por cento nacional, desenvolvida pela unidade da empresa Eternit em Atibaia, interior do estado de São Paulo. As primeiras unidades foram vendidas para clientes selecionados e em breve estará disponível para o público em geral.

A telha conta com células fotovoltaicas aplicadas diretamente no concreto. Possui o tamanho de 36,5 cm por

47,5 cm, tem potência de 9,16 watts, capacidade média mensal de produzir 1,15 quilowatts hora (Kwh) por mês.

Para uma residência pequena são necessárias cerca de 150 telhas. Casa de alto padrão deve utilizar até 600 unidades e o restante do telhado pode ser feito com telhas comuns. Estima-se uma economia de até 20% no valor em relação aos painéis solares.



O estado de São Paulo coloca o Brasil na vanguarda tecnológica, com mudança de paradigma que incentiva a geração de energia limpa, reduzindo ao máximo o uso de combustíveis fósseis, degradantes ao meio ambiente. Aliás, o Brasil possui condições naturais excelentes, luz solar com alta incidência praticamente o ano todo.

Há um forte investimento da indústria de materiais de construção, por meio de pesquisas científicas, para a concepção de novos produtos mais sustentáveis. Tudo isso para proporcionar novas e boas práticas para o setor da construção civil que passa por mudanças e quebra de paradigmas, em busca de soluções e ações menos predatórias ao meio ambiente.

PALAVRA DO PRESIDENTE

No editorial, lutas e vitórias do Sistema Confea/Crea/ Mútua em benefício da categoria

Pág.2

SALÁRIO MÍNIMO GARANTIDO

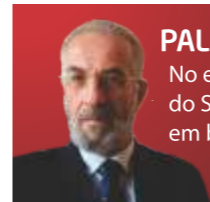
"Jabuti" cria ruído na MP 1.040 à economia do país e gera conflito com diversas categorias profissionais

Pág.3

EM DESTAQUE

Próximo aos 50 anos de vida profissional, engenheiro André de Fazio é destaque nesta edição

Pág.4



PALAVRA DO PRESIDENTE

Importantes vitórias marcam este ano de 2021. Foram lutas em defesa de direitos adquiridos, consolidados a décadas e que pegaram de surpresa a todos, mobilizando todo o sistema Confea/Crea/Mútua em busca de justiça.

A PEC 108 foi algo inusitado, afinal a proposta da extinção dos conselhos e o fim do registro profissional causariam um desastre. Com sorte, no Congresso e no Senado inúmeros parlamentares abraçaram nossa luta, reconhecendo a função institucional dos conselhos e a importância do registro para o exercício legal da profissão. Aqui foram dois anos de luta até a vitória final com o enfraquecimento da proposta em virtude da forte pressão do nosso Sistema e, com isso, a retirada da emenda constitucional.

Neste ano, tivemos a MP 1.040/2021 enviada pelo Governo Federal para o Congresso. Tudo certo, já que se tratava de uma Medida Provisória para a melhoria do ambiente de negócios no país. Até que uma emenda de um parlamentar aciona mais uma vez o nosso Sistema Confea / Crea / Mútua. Aqui, o deputado Federal propunha revogar a ART e a Lei 4.950-A/1966, que estabelece o salário mínimo profissional dos engenheiros e de outras categorias. Mais uma vez, por sorte a proposta não teve quórum.

Agora à boa notícia boa ABENC! Ganhamos na justiça o direito para o engenheiro realizar serviços referentes SPDA. Esta era uma luta antiga e finalmente uma decisão sem recurso.

Ainda nesta edição temos a matéria de capa que apresenta uma tecnologia para obras sustentáveis com o lançamento da telha solar. Fechando a edição, contamos um pouco da trajetória profissional do amigo engenheiro André Monteiro de Fazio, que já foi nosso presidente da ABENC. Bom, espero que todos tenham uma boa leitura e até a próxima edição.

**Eng.civil Hassan Mohamad Barakat
Presidente Abenc-SP**

EXPEDIENTE

Presidente Eng. civil Hassan Mohamad Barakat **1º Vice-presidente** Eng. civil Carlos Alberto Mendes de Carvalho
2º Vice-presidente Eng. civil André Monteiro de Fazio **3º Vice-presidente** Eng. civil Wagner Luiz Baratella
1º Secretário Eng. civil Marcelo Dias **2º Secretário** Eng. civil Luis Francisco Quinzani Jordão
1º Tesoureiro Eng. civil Pêrsio Faúlim Menezes **2º Tesoureiro** Eng. civil Douglas Barreto
Sede ABENCSP: Rua Capistrano de Abreu, 405, 71A, Barra Funda / SP
Produzido: Ideias | **Jornalista Responsável:** Ricardo Pimentel Mtb19.123
Tel.: (12) 99146-9231 | Tiragem: mil exemplares



ABENC

GANHA NA JUSTIÇA O DIREITO DO ENGENHEIRO EXECUTAR

SPDA

A Associação Brasileira de Engenharia Civil (ABENC) saiu vitoriosa com a decisão favorável do Tribunal Regional Federal (TRF) para o exercício de serviços referentes a Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas - SPDA (para-raios) realizados por engenheiro civil. A decisão é em última instância e não cabe recurso.

A turma do TRF confirmou que o engenheiro civil tem esta atribuição, prevista no Decreto Federal 23.569/33,

cujo art. 28, alínea a, preconiza que o engenheiro civil possui competência para exercer as funções de estudo, projeto, direção, fiscalização e construção de edifícios com todas as suas obras complementares, sendo desta natureza a instalação de para-raios.

"Nossa categoria mais uma vez sai vitoriosa com a atuação de nossa entidade de classe. Nossa associação sempre estará na luta para o bem da profissão da engenharia civil, afinal esta é a nossa função", finaliza Hassam.

DEU ACONTECEU ACONTECEU ACONTECEU ACONTECEU ACONTECEU ACONTECEU ACONTECEU ACONTECEU

PALESTRAS

► Planejamento e controle de obras

No dia 26 de agosto a ABENC reuniu engenheiros associados e profissionais interessados na matéria em palestra realizada online sobre Planejamento e Controle de Obras. Ministrada pelo engenheiro civil Luiz Carlos Izzo Filho, o encontro foi interativo e contou com 70 participantes inscritos. A iniciativa contou com apoio do Crea-SP.



Mais de 200 profissionais da engenharia civil participaram das palestras online da ABENC



Palestrante Luiz Carlos Izzo Filho

► Projetos e estruturas de concreto em ambientes de severa agressividade

No dia 29 de agosto realizou mais uma palestra online, desta vez com a participação de mais de 100 associados. Durabilidade, proteção e inspeção de estruturas foram alguns temas do palestrante Luiz Carlos Izzo Filho.



VITÓRIA DOS PROFISSIONAIS HABILITADOS DA ENGENHARIA

Sistema Confea/Crea/Mútua derruba PEC 108

O presidente do Confea, Joel Krüger em defesa da categoria à Frente Parlamametar

Durante dois anos consecutivos, o sistema Confea/Crea/Mútua mostrou ao Governo Federal a sua força de mais de 1 milhão de profissionais registrados, se posicionando contrário à PEC 108 que tramitava no Congresso Nacional. Apresentada pela Presidência da República no dia 9 de julho de 2019, o texto proposto pelo Ministério da Economia previa a transformação dos conselhos profissionais em entidades privadas e tornava facultativo o registro profissional.

Por entender inconstitucional, Conselhos Federais de diversas profissões tiveram muito trabalho para reverter e ter a vitória no dia 23 de julho deste ano, quando o presidente Jair Bolsonaro enviou mensagem ao Congresso Nacional solicitando a retirada da tramitação da Proposta de Emenda Constitucional 108/2019. Vitória comemorada por engenheiros, agrônomos, entre muitas outras profissões.

Sob a liderança do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) e participação dos 27 Conselhos Regionais (CREA's), os profissionais contaram com representatividade em defesa dos interesses das categorias com articulações políticas no Senado Federal e

participação dos conselheiros federais na Frente Parlamentar em Defesa dos Conselhos Profissionais.

O presidente do Confea, Joel Krüger, argumentou sobre a impossibilidade de atribuir caráter privado aos conselhos profissionais. "A Lei 9649/1998 já tentou tratar disso e o STF colocou que não é possível, em face da Constituição. Não pode-mos reduzir nossa história a uma política liberal de simplesmente desregular as nossas profissões", concluiu Krüger, sintetizando o posicionamento dos conselhos profissionais representados.

Os Conselhos Profissionais foram criados por lei a partir da década de 1950, como consequência do processo de regulamentação das profissões no Brasil. Na prática a medida pretendia levar à desregulamentação profissional, permitindo que pessoas não habilitadas prestassem serviços especializados.

"Nossas entidades zelam pela ética profissional, atuam para garantir a presença de um profissional capacitado. Transformar a natureza jurídica dos conselhos de públicos para privados traria insegurança generalizada", afirma o presidente da ABENC, Hassan Barakat.

Não podemos reduzir nossa história a uma política liberal de simplesmente desregular as nossas profissões.

CATEGORIA DERRUBA 'JABUTI' E MANTÉM SALÁRIO MÍNIMO

Jabuti é um termo que se usa na política para determinar a inserção de norma alheia ao tema principal, quando se trata de um Projeto de Lei (PL) ou Medida Provisória (MP) enviada ao Legislativo pelo Executivo. Foi o que aconteceu com a MP 1.040/2021 enviada pelo Governo Federal no dia 29 de março deste ano para o Congresso Nacional.

Conhecida como "Medida Provisória para a melhoria do ambiente de negócios", a proposta originária do Executivo sofreu modificações na Câmara dos Deputados em 24 de junho, com dois pontos juntados de última hora que eliminavam direitos adquiridos dos profissionais.

A proposta foi do deputado Federal, o engenheiro mecânico Alexis Fonteyne, que revogava a ART, documento que define os responsáveis técnicos, e a Lei 4.950-A/1966, que estabelece o salário mínimo profissional dos engenheiros e outras categorias.

Após mobilização do Sistema Confea/Crea/Mútua e de outros Conselhos Profissionais na conscientização dos parlamentares sobre os dois dispositivos, o Senado Federal acatou alterações à referida emenda. No retorno do texto à Câmara dos Deputados, as mudanças aprovadas no Senado foram rejeitadas. Os deputados aprovaram um destaque apresentado pelo PT e pelo PCdoB, que havia sido solicitado pelo Confea. Foi suprimido, então, o trecho que revogava a Lei 4.950-A. E mesmo sem ter um destaque em relação ao artigo 37, dispensando a ART de instalações elétricas de até 140 kVA, o governo também fez o acordo pelo veto presidencial, atendendo ao pleito do Conselho.



Sistema Confea / Crea / Mútua na Comissão de Legislação Participativa

Foto: Divulgação